

# CRASE: AS REGRAS DA GRAMÁTICA NORMATIVA E AS POSSÍVEIS MODIFICAÇÕES NA ORALIDADE

Luciana Aparecida Shinabe de Rezende.

Maria Luciana Savino.

Faculdade Unida de Suzano – UNISUZ

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo mostrar uma tendência na língua que contraria a escrita e a fala. Utilizamos a crase para mostrar essa tendência e mostrar as regras gramaticais e as dificuldades dos alunos em compreendê-las. Inicialmente, pesquisamos autores de gramáticas da Língua Portuguesa, consideradas essenciais ao estudo da língua, para fundamentar os tipos de gramáticas e o objetivo do ensino de língua portuguesa para falantes da língua materna nas escolas. Em seguida, mostramos a definição da crase e a questão da oralidade que não condiz com a escrita e como a gramática se apresenta, atualmente, nas escolas. É perceptível que esta pesquisa visa suscitar os mais diversos questionamentos entre todos que fazem da língua seu objeto de estudo e/ou de trabalho, uma vez que são também várias as correntes entre os mais renomados gramáticos. Como este estudo envolve a oralidade, não se furta, também, às questões sociais que envolvem os falantes, daí esperamos que as discussões sejam maiores e possam levar a outros estudos mais aprofundados.

## Introdução

É comum ouvir dos alunos que a língua portuguesa é difícil, principalmente, quando se apresentam alguns tópicos da Gramática Normativa. Obviamente, expor uma opinião sobre qualquer tema que aborde esse assunto leva qualquer aluno a refutar uma discussão.

A crase, por exemplo, quando questionada, não é definida com clareza. Relacionam a crase ao acento grave e, até mesmo, consideram difícil sua aplicação por desconhecerem as regras gramaticais relacionadas a este fenômeno linguístico e criam resistência em compreendê-la.

A crase não é regra de acentuação, trata-se de um fenômeno linguístico e, para entendê-la, exige-se um conhecimento prévio de regência verbal e nominal.

Este trabalho tem por objetivo mostrar o uso da crase apresentada na gramática normativa, segundo a ótica de alguns autores, apontar o porquê da dificuldade dos alunos em compreender seu uso, uma vez que sua prática oral não condiz, em todos os aspectos, com as regras gramaticais que lhes são apresentadas na escola.

Para se alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de autores de livros sobre a Gramática Normativa e a argumentação de outros autores que mostram uma ótica diferente sobre o ensino da Gramática nas escolas.

## O Início da Gramática

A primeira gramática do português foi escrita por volta de 1536 por Fernão de Oliveira. Ele se dedicou ao ensino, foi professor dos filhos de João de Barros, que seria o autor da segunda gramática do português, publicada em 1540. A língua portuguesa daquela época era muito diferente da falada e ou escrita.

Fernão de Oliveira defendia sua pátria com fervor e ficava furioso com aqueles que valorizavam mais outras culturas do que a sua própria. Defendia também a Língua Portuguesa, era contra os que tentavam encontrar origens estrangeiras para muitas palavras portuguesas.

Travaglia (2006) nos mostra também a preocupação com a dominação cultural com a ameaça à nacionalidade. Ele afirma que se uma nação não mantém a sua língua que é a principal marca de sua identidade, será facilmente dominada.

Conforme Perini (2008), a gramática de Fernão de Oliveira era muito incompleta comparando-a com a gramática moderna. Mas não podemos esquecer que foi a primeira.

A gramática, na forma que vemos hoje, nasceu por volta de 200 a.C., pelas pessoas que falavam grego. O que os levaram ao estudo da Gramática foi entender os textos dos poemas de Homero (Ilíada e Odisséia). Esses poemas eram de grande importância, muito maior do que simples obras literárias. Era uma das bases do sistema educacional grego.

De acordo com Perini (2005), “saber gramática” ou “saber português” é considerado privilégio de poucos. As pessoas têm receio em dizer que conhecem a língua. Tendemos a achar que falamos “de qualquer jeito”, sem regras definidas, o que não é verdade, uma vez que o falante conhece a estrutura simbólica básica da língua.

Ele nos mostra ainda que dois fatores implicam neste conceito. Primeiro é o fato de que falamos com muita facilidade, sem pensar na forma que vamos dizer; segundo, o ensino escolar nos demonstrou a idéia de que não conhecemos a nossa língua. Mas Perini afirma com convicção, sabemos e muito bem a nossa língua.

Para Perini (2005), aprendemos a escrever escrevendo, lendo, relendo e reescrevendo. Não pretendemos que a matéria seja excluída do curso, mesmo porque deve se estudar a gramática para saber mais sobre o mundo, não para resolver problemas práticos tais como ler ou escrever melhor.

### **A Gramática Normativa**

De acordo com Travaglia (2006), o ensino de gramática nas aulas de Português, tem representado um problema constante para os professores. Depois das reiteradas críticas ao ensino de gramática, relacionadas à teoria da gramática tradicional e à gramática normativa, os professores sentem-se angustiados sobre o que fazer em sala de aula.

Travaglia (2006) esboça uma proposta para o ensino de gramática e nos coloca proposições deste ensino a partir do que se tem dito sobre ensino de gramática da língua materna. Possibilitar uma visão organizada dos fatos, uma crítica com mais segurança e se possível um avanço do ensino de gramática. É importante elaborar proposta de ensino de gramática que resulte em trabalho, que seja pertinente para os alunos e que faça uma integração nas áreas básicas em que, normalmente, se divide e estrutura o ensino de língua materna: ensino de gramática, ensino de leitura, ensino de redação e ensino de vocabulário.

Para estabelecer um resultado favorável na interação de um conceito novo no ensino, é necessário que o professor esteja disposto às mudanças em relação a uma nova proposta do ensino de gramática. Essa mudança torna possível enxergar o que fazemos em nossas aulas de Português, que afasta a língua da vida a que ela serve, tornando-se artificial sem significado para o aluno. Às vezes para bem usar a língua, é preciso contrariar a gramática das aulas de português ou pelo menos a visão distorcida de gramática.

Travaglia (2006) coloca outras respostas quanto aos objetivos do ensino da língua. Primeiro, levar o aluno a dominar a norma culta ou a língua padrão. Segundo, ensinar a variedade escrita da língua. Os dois objetivos se justificam, pois o aluno vem para a escola com conhecimento da norma coloquial do seu meio, sem sua forma oral.

Bechara (2007) também faz uma colocação sobre o saber linguístico prévio do aluno que é limitado à oralidade.

A definição de gramática para Travaglia (2006) é concebida com um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente.

A variedade dita padrão ou culta é considerada a correta, ignorando outras formas de uso da língua que são consideradas desvios, erros, degeneração da língua. As normas do bom uso da língua são baseadas no uso pelos bons escritores, ignoram as características próprias da língua oral. Desta maneira, ignorando outras variedades da língua criam-se preconceitos de toda espécie, por basearem-se em parâmetros, muitas vezes, equivocados, tais como: purismo e vernaculidade, classe social de prestígio (de natureza econômica, política, cultural) autoridade (gramática, bons escritores) lógica e histórica (tradição). Nas escolas, a gramática normativa é a que é entendida por ensino da língua. Quando o professor fala em ensino de gramática, estão pensando somente na gramática normativa, desconhecem a existência de outros tipos de gramática. Travaglia (2006) propõe que o ensino de gramática seja basicamente voltado para todos os tipos de gramáticas, mas tendo em mente a questão de interação numa situação específica de comunicação.

### **Crase e o ensino da gramática nas escolas**

Para entendermos sobre a problemática gerada em relação às regras gramaticais e a fala, mostraremos a definição de crase e suas regras básicas que fundamentam esse fenômeno descrito nas obras de alguns autores. Procuramos mostrar a maneira como este fenômeno é entendido pelos alunos e de que maneira o ensino da gramática é abordado em sala de aula.

De acordo com a gramática normativa, a crase é a fusão da preposição “a” e o artigo feminino “a”. É uma palavra que provém do grego KRASI que significa fusão.

Os autores com obras mais didáticas como Pasquale e Ulisses (2004), Faraco e Moura (2001) e Terra (1996) reservam um capítulo para descrever as muitas regras relacionadas a esse fenômeno linguístico.

Bechara (2007) apresenta em sua obra gramatical duas maneiras distintas para compreensão da crase. Num capítulo ele menciona a crase como fenômeno fonético “fusão de dois ou mais sons iguais num só”. Em outro capítulo sobre preposição, o autor apresenta o emprego do “à” acentuado que é a fusão da preposição “a” com artigo feminino “a” ou no início de àquele(s) àquela(s) àquilo e, para marcar esta fusão, utiliza-se o acento grave.

Na gramática de Cunha (2007), a maneira de expor o conceito crase é sucinta.

Vimos até o momento uma das muitas regras existentes na nossa gramática, e ela está recheada de outras regras que definem a maneira correta de escrever e ler.

Outra regra que o aluno precisa entender para compreender a crase é a regência verbal, regência nominal e também a preposição.

Observamos que o aluno não sabe identificar em uma oração a presença da crase, regências e a preposição. Se-

gundo Bagno (2001), para explicar o uso cada vez menos frequente da preposição seria o fato de existirem outros itens gramaticais na língua com a mesma realização fonética de utilizar-se a preposição “em” para fugir do uso do “à” não são distintas.

A linguística histórica com estudo aprofundado pela transformação da linguagem mostrou que as mudanças linguísticas têm origem na fala popular. Fiorin (2005) afirma que “muitas vezes o ensino de uma época passa a ser consagrado como forma correta da época seguinte”. Ao observarmos fatos do português contemporâneo perceberemos que as formas consideradas erradas são frequentes, mesmo na fala de pessoas cultas.

Então, consideramos uma forma errada ou é uma outra variação que a maioria das pessoas utiliza?

Toda essa problemática está relacionada ao ensino da gramática nas aulas de Língua Portuguesa. O tema crase foi abordado para demonstrar como as regras são impostas para escrever corretamente, mas estão fora da realidade oral e escrita levada pelos alunos à escola.

Quando perguntamos aos alunos o que é crase? eles não sabem definir e acham inútil sua utilização.

O problema em entender as regras, é que esse sistema não condiz com a realidade linguística dos alunos. Quando o aluno produz um enunciado em que existe a crase, ele não utiliza o acento grave para marcar a fusão, pois não compromete o sentido desta frase e não causa mal entendido nem contradições, mas para aquele que escreve corretamente e com clareza, e tem certo conhecimento das regras gramaticais, claramente perceberá esse pequeno detalhe que é a fusão dos “AS” e mais o acento grave.

Com a mudança do ensino nas aulas de Português, entendida, por muitos, como não ensinar gramática, o professor não sabe como lidar com esse fato novo e, com o fato de privilegiar o código oral, fica difícil de o professor interagir com o aluno, pois corre o risco de ficar preso ao ensino tradicional ou de desconsiderar o ensino da norma culta escrita e oral.

Então perguntamos, devemos utilizar ou não a gramática no ensino de língua portuguesa? Certamente, a resposta é sim, pois a gramática é a base que fundamenta a nossa língua e o aluno a utiliza para, aliada às pesquisas, aprimorar a produção de seu próprio conhecimento linguístico. Quando o aluno entender que as regras cultas são variáveis e utilizá-las, em várias modalidades linguísticas, seu rendimento escolar será eficiente.

O professor deve ensinar o padrão sem deixar de discutir diferentes conceitos de gramática, porém o que se percebe, hoje, são professores que doutrinam a gramática normativa, sem que muitos deles tenham domínio integralmente do assunto.

Tratar a língua, exclusivamente, sob uma perspectiva normativa gera falsos conceitos e, até mesmo, preconceito. De acordo com Bechara (2007), existe a opressão ao prestigiar somente uma variação. Na escola do passado, o professor cometia erro em entender que a norma culta era a única utilização válida da língua portuguesa, rejeitando aquele saber linguístico aprendido em casa. Hoje, em nome da liberdade, privilegia-se o ensino da forma coloquial repudiando qualquer outra língua funcional, o que também pode ser considerado outra forma de opressão, já que a ascensão social privilegia, exatamente, o uso da norma formal.

Segundo o autor, em ambas as situações há realmente opressão, na medida em que não damos a liberdade de escolha para cada momento em que exista o intercâmbio social. A missão do professor é transformar seu aluno num poliglota dentro da sua própria língua.

A gramática normativa tem sua razão de ser, não se pode ignorá-la em nome de uma nova teoria linguística, o que deve ser enfatizado é a forma de trabalhar a gramática na escola.

Nas regras sobre crase, por exemplo, na oralidade não há uma preocupação com o acento grave, pois, foneticamente, a diferença entre “a” e “à” não é perceptível.

Nesta nova reforma ortográfica aboliram o acento agudo em determinadas situações, mas o acento grave continua, de certa forma, para quem elaborou, tem sua devida importância. Mas se está incorporado à fala, na sociedade em geral, qualquer discriminação gera preconceito. Então, colocamos uma questão: qual a diferença em “Bateu à porta” e “Bateu na porta?” O segundo exemplo, para eliminar o duplo sentido, é amplamente usado na fala, visto que não é perceptível a diferença entre: Bateu a porta = A porta foi batida por alguém ou se alguém chegou e bateu à porta, ou seja, bateu na porta. Na fala a crase não serve para nada, porque não é pronunciada, e, na escrita não faria diferença, já que o contexto complementa a informação.

A princípio a crase se torna inútil, pois não tem nada que a distingue na pronúncia e nada difere essa fusão, mas há aqueles que afirmam que é necessário para não gerar problema de entendimento, mas, se for assim, a preposição “para” e verbo “parar” também podem criar problemas no entendimento e o acento foi abolido, desta maneira para diferenciar uma da outra temos que entendê-los no contexto.

### **Considerações finais**

Durante a realização desta pesquisa chegou-se à conclusão de que existem problemas em compreensão das regras

gramaticais não só pelos alunos, mas pelos falantes da língua portuguesa de uma maneira geral.

A crase, abordada neste trabalho, teve um papel importante, pois mostrou uma problemática, vivenciada nos dias atuais, que está relacionada à escrita e à fala e que se liga às regras da gramática normativa. O papel do professor é mostrar e ampliar o conhecimento do aluno abordando as diferentes maneiras do uso da língua sem opressão.

É preciso aceitar as mudanças para não estacionar no tempo e acompanhar a evolução da língua, além de se adequar a essas mudanças.

Com oralidade em evidência, a crase poderá ser abolida por não ter distinção para quem fala ou ouve, e, ao se tratar de texto escrito, seu reconhecimento se dará facilmente por estar inserido a um contexto, tal como se justificam a perda do acento em alguns verbos, como: pelar, parar, além de substantivos como: pera e pelo. Todos creem que, certamente, o contexto evitará qualquer confusão.

### **Referências bibliográficas**

- BAGNO, Marcos. Português ou Brasileiro? um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.
- BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática, 2007.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Lucerna, 2001.
- CUNHA, Celso. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- FARACO, Carlos Emilio; MOURA, Francisco Marto. Gramática Faraco & Moura. São Paulo: Ática, 2001.
- FIORIN, José Luiz. Introdução à Lingüística. São Paulo: Contexto, 2005.
- HOUASSIS, Antônio. Dicionário eletrônico Houassis da língua portuguesa. Versão 1.0 Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- NETO, Pasquale Cipro; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2004.
- PERINI, Mário A. A Língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola, 2008.
- PERINI, Mário A. Sofrendo a Gramática. São Paulo: Ática, 2005.
- TERRA, Ernani. Curso prático da Gramática. São Paulo: Scipione, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2006.